

Iniciada criação de rede de centros de inteligência do Judiciário

O grupo operacional do Centro de Inteligência do Poder Judiciário iniciou a criação e a articulação da rede de centros de inteligência locais, que deverão ser instalados pelos tribunais federais, estaduais e do trabalho de todo o país. O tema foi debatido em encontro realizado nessa semana.

Divulgação/CIAPJ-FGV



CIAPJ-FGV Iniciada criação de rede de centros de inteligência do Poder Judiciário

O CIPJ foi instalado pelo Conselho Nacional de Justiça no dia 6 de abril e é formado por um grupo decisório e outro operacional. As reuniões do grupo operacional são mensais e vão buscar o alinhamento de diretrizes e elaborar propostas de notas técnicas, recomendações e outras providências que apoiem identificar demandas repetitivas e estabelecer novos parâmetros para metodologias de gestão dos precedentes.

De acordo com a juíza auxiliar da presidência do CNJ e integrante do grupo operacional, Ana Lúcia Aguiar, “cada tribunal, com total autonomia, criará um Centro de Inteligência, que estará interligado ao CNJ. Este, por sua vez, fará a conexão de toda a estrutura em nível nacional com todos os segmentos da Justiça”.

Para ela, “a reunião, no grupo operacional, de juízes e servidores de diferentes segmentos oferece grande possibilidade de ações, criando um ambiente horizontal de troca de ideias a partir de experiências em diversas frentes de atuação do Judiciário”.

Também no grupo operacional, o juiz auxiliar da 1ª vice-presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Rodrigo Martins Faria afirmou que “o objetivo é estabelecer uma governança da política de tratamento de demandas repetitivas e evitar o uso predatório do sistema de Justiça, possibilitando a troca de ideias e disseminação das melhores estratégias entre os integrantes da rede”.

Ele destacou que “o Brasil é exemplo mundial do fenômeno da explosão de litigiosidade repetitiva, com o maior acervo processual do mundo, o que exige a elaboração de estratégias em várias frentes, entre elas a criação do CIPJ e a articulação da rede de centros de inteligência”.

Durante o encontro, ainda foram criados subgrupos temáticos para tratarem de assuntos de grande

relevância. As pessoas participantes vão debater a responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde (tema 793 do STF), os impactos da pandemia no Judiciário e o cadastro nacional de ações coletivas.

Caravanas virtuais

O grupo operacional também definiu a organização e cronograma das Caravanas Virtuais, encontros para capacitação e aprimoramento das equipes que atuam nas diversas unidades judiciárias do país. “Essas reuniões serão destinadas à troca de ideias entre todos os segmentos de Justiça, aprofundamento de temas referentes à gestão de precedentes, demandas de massa e estruturação dos centros de inteligência locais”, explica o presidente do CNJ, ministro Luiz Fux.

A primeira edição das caravanas virtuais será sediada pelo Conselho da Justiça Federal, no dia 1º de junho. Com o tema “A atuação dos Centros de Inteligência no tratamento e prevenção das demandas predatórias em conjunto com os Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas (Numopedes)”, o TJ-MG recebe a caravana virtual no dia 20 de julho.

Também sediarão o evento, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e os Tribunais de Justiça do Maranhão, do Pará, do Distrito Federal, de São Paulo e de Pernambuco. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Date Created

27/04/2021